

A GESTÃO DA POLÍCIA MILITAR JUNTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE: ASPECTOS LEGAIS E ESTRUTURAIS

THE MANAGEMENT OF THE MILITARY POLICE WITH CHILDREN AND ADOLESCENTS: LEGAL AND STRUCTURAL ASPECTS

RODRIGUES, Janes Dean Cintra¹
LIRA, Cláudia da Silva²

RESUMO

A pesquisa em tela objetivou verificar mediante a gestão Policial Militar como está a relação entre crianças, adolescentes e Polícia Militar. Como referencial teórico foram utilizados diversos autores, os quais conceituam e discutem sobre a gestão da Organização Militar, aspectos legais de proteção à criança e ao adolescente, assim como a importância do tema para o desenvolvimento e sucesso da corporação. Utilizou-se o método de pesquisa quantitativa, através de questionários divididos em dois blocos: formação e satisfação do Policial Militar e atuação da polícia frente às crianças e aos adolescentes. Foram questionados 63 PM's e 98 gestores. Os resultados obtidos apontaram que os policiais do BPMEsc estão prestando um excelente serviço, principalmente nos quesitos: serviço preventivo, repressivo, eficiência no atendimento e na aplicação do PROERD. Entretanto, apesar dos quesitos acima terem alcançado índices significativos, é possível afirmar que, de um modo geral, os policiais pesquisados encontram-se relativamente insatisfeitos com as leis existentes e com a frequência em que são submetidos ao aprimoramento técnico-profissional. Chegou-se à conclusão que medidas devem ser tomadas para melhoria dos fatores deficitários supramencionados.

Palavras-chaves: Gestão Policial Militar. Criança e Adolescente. ECA.

ABSTRACT

The screen survey aimed to verify through the Military Police management how the relationship between children, adolescents and Military Police is. As a theoretical reference, several authors were used, which conceptualize and discuss the management of the Military Organization, legal aspects of child and adolescent protection, as well as the importance of the theme for the development and success of the corporation. The quantitative research method was used, through questionnaires divided into two blocks: training and satisfaction of the Military Police and; of the police towards children and adolescents. 63 PM's and 98 managers were questioned. The results obtained indicated that the BPMEsc police are providing an excellent service, mainly in the areas of preventive, repressive service, efficiency in service and in the application of PROERD. However, despite the fact that the above criteria have reached significant levels, it is possible to state that, in general, the polices surveyed are relatively dissatisfied with the frequency in which they are submitted to technical and professional improvement. It has been concluded that measures should be taken to improve the abovementioned deficit factors.

Keywords: Military Police Management. Child and teenager. ECA.

¹ Aluno do Curso de Formação de Oficiais do Comando da Academia de Polícia Militar de Goiás - CAPM, janesdean14@gmail.com; Goiânia - GO, agosto de 2018.

² Professora Orientadora: Especialista, Professora do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás - CAPM, claudiaslira@hotmail.com, Goiânia-GO, agosto de 2018.

1 INTRODUÇÃO

A polícia é o órgão responsável pela segurança pública no país, sendo este responsável por zelar pela segurança de todos. Na época da Ditadura Militar a mesma se manteve distante da sociedade devido à grande repressão da época, mas o tempo foi passando e o conceito de polícia foi evoluindo. Hoje o policiamento é algo dinâmico e que conta com a participação ativa da sociedade.

Crianças e adolescentes são inseridos dentro dos grupos vulneráveis, que constitui uma parcela da população mais fragilizada por diversos motivos. Mas, nem sempre foi dada uma atenção especial aos jovens, isso foi fruto de duras discussões em campo internacional que refletiu nacionalmente. Hoje, no ramo internacional conta com a Declaração Universal do Direito da Criança e, em âmbito nacional, temos o ECA, como instrumento jurídico de proteção à criança e adolescente.

Justifica-se o tema pelo fato de crianças e adolescentes estarem cada dia mais envolvidos no mundo do crime por diversos fatores, tais como: pobreza, falta de apoio familiar, status social, moda, entre outros. Por isso, deve-se levantar um estudo visando rever a gestão e, conseqüentemente, a atuação da Polícia Militar para prevenir e coibir atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes.

Assim, é necessário que a Polícia Militar faça uma gestão organizacional e reveja como abordar e tratar esse indivíduo que em muitos casos encontra-se em situação de vulnerabilidade e que possui leis específicas de proteção. O presente artigo tem grande relação com o policiamento ostensivo, pois a cada dia se encontram mais jovens em situação de marginalidade, sendo assim, é de fundamental importância aprofundar, debater e qualificar profissionais para agir com esse público que cresce assustadoramente.

Portanto, este artigo visa investigar o seguinte problema: “quais as dificuldades existentes na Polícia Militar, tanto no trato quanto na garantia dos direitos da criança e adolescente?”. Mesmo diante de tantos debates e leis protetivas a esses jovens ainda se encontram nas ruas das cidades muitas crianças em situação de marginalização, cabendo, em muito dos casos, a polícia intervir com esse público.

Desse modo, o objetivo dessa pesquisa é verificar mediante a gestão policial militar, como constitui a relação entre criança, adolescente e Polícia Militar, demonstrando em específico: a gestão policial militar; a atuação da polícia; leis que protegem essa parcela da população; parceria entre polícia e juventude; o papel da polícia militar na prevenção da criminalidade entre criança e adolescente.

A metodologia da pesquisa será feita através de questionário, aplicado aos gestores das instituições de ensino de Goiânia e aos Policiais Militares do Batalhão Escolar da Polícia Militar do Estado de Goiás. Consistirá, também, em uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de levantar materiais metodológicos suficientes para expor o tema, aproximando o referencial teórico à realidade vivenciada. Assim, terá o auxílio de artigos científicos, livros e sites confiáveis para compor o referencial teórico.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 GESTÃO POLICIAL MILITAR

Devido ao aumento da consciência da população que agora clama seus gestores por medidas mais eficazes na área de segurança pública, e com base em números estatísticos, principalmente em áreas com maiores índices de criminalidade, a PM é chamada para dar maior sensação de segurança a esses moradores.

De acordo com Rodrigues (2010), gestão é gerenciamento ou administração de alguma empresa, instituição ou entidade que deve ser administrada. No caso, Gestão da PM é a administração da Polícia Militar.

Rodrigues (2010) defende a ideia de reformulação da gestão da PM através da descentralização da polícia como forma de melhorar o atendimento à população. Ele reflete também que a esfera policial deve ser baseada em três parâmetros: conhecimento, julgamento e habilidade, por desempenharem atividades com alto grau de periculosidade.

Os novos ideais da gestão policial são pautados na democracia, voltados na maior eficiência de operações para combater o crime organizado. Fazendo assim, uma administração clara, com seu propósito muito bem difundido na sociedade.

Entende-se que as melhorias para a gestão da PM devem ser repensadas à longo prazo, efetivando-se gradativamente, como por exemplo, a implementação do PROERD (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência). Para que essas melhorias ocorram é necessário planejamento, tempo, investimentos em tecnologias, motivação profissional e uma excelente qualificação profissional haja vista que a educação é a base de tudo.

É notório a necessidade de mudanças na PM em todos os quesitos, revendo a particularidade de cada fator, tais como: gestão de pessoas, estrutura, atividades, recursos humanos.

Para tanto, é necessário que se perceba os desafios impostos na gestão policial, para resultar em um trabalho coeso e de qualidade. Dessa forma, é necessário verificar a atividade policial desde seus primórdios até a parte ostensiva nas ruas, dando relevância ao conhecimento sistematizado em cursos e palestras direcionado na diminuição de erros e obstáculos aliado à grande experiência vivenciada nas ruas por essa classe de profissionais.

Rodrigues (2010) aposta em uma gestão organizacional das polícias, dando maior abertura para a PM trabalhar ativamente com a comunidade. Por conseguinte, Rodrigues afirma que “a atividade de segurança pública tem o objetivo de proporcionar a devida adequação ao contexto sociopolítico do Estado democrático de Direito”.

Portanto, fica evidente a necessidade de qualificar o policial militar para que este venha gerir, com qualidade, à administração da polícia militar, rompendo conceitos tradicionais, para fazer uma gestão voltada a proteção do cidadão como um todo.

2.2 A ATUAÇÃO DA POLÍCIA

Todo cidadão tem direito garantido em constituição à segurança pública, de acordo com o Ministério da Justiça (2010) além de exigir que esse direito seja cumprido ele também tem o dever de zelar pela segurança de todos. Assim, as instituições policiais tornam-se o órgão de referência na segurança pública.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I - polícia federal;
- II - polícia rodoviária federal;
- III - polícia ferroviária federal;
- IV - polícias civis;
- V - polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988).

Por conseguinte, de acordo com Lombarde (2014) as instituições policiais são responsáveis por manter a ordem ou qualquer desvio comportamental que possa ferir o Estado democrático, assim a polícia atua interdependente com a sociedade em geral.

Oliveira Junior (2007) afirma que as instituições policiais é o órgão competente por combater a criminalidade e manter a ordem pública, fazendo trabalho de vigília nas ruas para o bem de toda uma coletividade.

Nesse sentido, a polícia acaba sendo uma reprodução do Estado, pois está intimamente ligada às questões políticas estatais, bem como tem um elo direto com a comunidade em geral.

A figura do estado, por trás da “oficialidade” e relevância da missão de polícia, evoca inúmeros rituais obrigatórios na vida do policial, observados de forma mais rigorosa que os formalismos das organizações privadas. Tais rituais enaltecem a disciplina,

erigida como elemento imprescindível de controle interno. Incluem desde gestos obrigatórios de reverência aos níveis mais altos da hierarquia, passando por instruções, códigos de postura e apresentação corporal, até desfiles e outras solenidades que, de forma suntuosa, transmitam ao público e aos próprios policiais uma imagem de excelência, tradição e espírito de corporação (OLIVEIRA JUNIOR, 2007, p. 51).

Devido a uma imagem corrompida dos antigos governos e ainda da mídia que distorce a realidade, muitos associam a atuação policial ao conflito direto ou ainda ao combate armado aos criminosos. De acordo com o Ministério da Justiça (2010) essa concepção já está ficando ultrapassada, dando origem a um policiamento moderno, onde trabalha preventivamente no combate à criminalidade.

Assim, surgiu o conceito de policiamento comunitário que retoma aos ideais antigos de ligar a polícia à comunidade, trabalhando juntos no combate à criminalidade. Porém, essa prática só dará resultados se forem suprimidos os ideais tradicionais de policiamento repressivo.

Enfim, o combate à criminalidade que assombra cada dia mais a população brasileira não é de responsabilidade única das instituições policiais, mas sim de toda a sociedade, pois a polícia acaba sendo reflexo da sociedade.

2.3 AS LEIS QUE PROTEGEM ESSA PARCELA DA POPULAÇÃO

O Brasil está em quase todos os acordos e pactos internacionais dos Direitos Humanos. Em relação à criança e adolescente, participa da Convenção sobre os Direitos da Criança, que representa atualmente o principal instrumento internacional de proteção à criança e adolescente. Basto (2012) reforça o caso da Menina Marie Anne, que sofreu anos de maus tratos por parte dos pais, iniciando discussões por todo o mundo, onde até o século XIX não havia nenhum tipo de documento legal que legitimasse essa proteção.

Basto (2012) diz que foi a partir do século XX, que a ideia se disseminou pelo mundo, com criação de varas especiais para crianças e legislação específica para esse público. No Brasil também teve impacto positivo com o Decreto nº. 4.242/1921 que resultou na criação do antigo Código de Menores.

Mesmo com a criação de tantos órgãos e legislação específica para essa classe, foi somente depois da Primeira Grande Guerra, depois de ter deixado milhares de órfãos que esses órgãos passaram a funcionar, e a proteção à criança e adolescente passou a ser realmente efetivada.

Em 1924, Basto (2012) reforça a criação da primeira Declaração dos Direitos da Criança, sendo este o primeiro documento legal de proteção à criança e ao adolescente,

buscando garantir a proteção em âmbito internacional, e motivando os países membros a promover essa ideia em âmbito nacional.

No ano de 1927, foi criado o Instituto Interamericano da Criança que mais tarde seria intitulado como órgão especializado na proteção de jovens nas Américas, disseminando a proteção integral de crianças e adolescentes.

Bastos (2012) afirma que logo após a Segunda Guerra Mundial, onde o mundo viu pela segunda vez uma quantidade enorme de crianças órfãos, os órgãos internacionais então criaram um fundo para arrecadar dinheiro para auxiliar essas crianças nos países devastados pela guerra. Por conseguinte, foi criado o UNICEF (United Nations International Child Emergency Fund).

Em 1959 a ONU criou a Declaração Universal do Direito das Crianças. Para Basto (2012, p. 46) essa declaração tinha como finalidade “reafirmar a importância de se garantir a universalidade, a objetividade e a igualdade nas questões relativas aos direitos da criança”. A declaração foi um marco de extrema importância para esse grupo pois agora a criança é tida como sujeito excepcional de atendimento.

São diversos instrumentos internacionais que se sucederam no passar dos anos, sempre visando a proteção integral da criança e adolescente adotando estas como pessoas prioritárias no que diz respeito aos Direitos Humanos.

Segundo Eduardo e Egry (2010) em 1990 foi criado o ECA (Estatuto da Criança e Adolescente) que veio substituir o antigo Código de Menores, considerado um marco na legislação, que olhou para essa classe como sujeito em desenvolvimento, devendo receber uma atenção prioritária.

Neste documento Basto (2012) afirma que o legislador se preocupou a dar uma atenção especial a crianças e adolescentes que não se enquadram na situação de normalidade, assim, deve-se propor uma reeducação e não uma punição, privando-os da sua liberdade como era tempos atrás.

O Estatuto da Criança e Adolescente veio como marco nas garantias de proteção e justiça a essa classe da sociedade. Eduardo e Egry (2010) diz que o estado, a família e a sociedade em geral são os responsáveis pela proteção integral dos jovens.

Enfim, o ECA foi um marco no que diz respeito a proteção de crianças e adolescentes no país, pois garante e mostra meios legais da proteção ao jovem, estando em delinquência ou não. Sua construção foi fruto de grandes debates nacionais e internacionais, levando em seus textos uma nova tendência mundial, o jovem como uma classe prioritária e munida de direitos que devem ser assegurados pelo Estado.

2.4 A PARCERIA ENTRE POLÍCIA E JUVENTUDE

De certa forma, em muito dos casos, polícia e juventude andam na contramão da vida, pois a juventude cada dia mais procura se aventurar na vida da marginalidade, enquanto as instituições de polícia têm o objetivo de combater a criminalidade e restaurar a ordem.

Segundo Sousa e Gomes (2011), as características de cada jovem variam de região, tempo e espaço na qual convivem/conviveram. Além disso, independentemente dessa particularidade, estes estão inseridos dentro dos grupos vulneráveis, pois acabam tendo dificuldade em aquisição de empregos, muitos estão incluídos na linha da pobreza e ainda são vítimas constantes da violência.

Constata-se, também, segundo Sousa e Gomes (2011), é necessário que o policial se atualize para poder trabalhar com esse público de forma mais eficaz. Instituições como a UCB e a UNESCO oferecem cursos voltados para Juventude e Direitos Humanos, assim, seria necessário que as instituições de polícia pelo Brasil, incentivassem seu pessoal a se qualificarem para poder trabalhar mais efetivamente com jovens que são tão cheios de diversidades e particularidades.

Jovens, em geral, constitui a parcela da população que mais ocupa os espaços públicos, assim, fica inevitável o encontro entre jovens e policiais. De acordo com o Ministério da Justiça (2010), é necessário que as instituições policiais planejem bem suas ações com esse público para que não acabe em hostilidade. Dessa forma, é necessário que transforme esse momento em um espaço para socialização entre esses dois públicos.

Muitos jovens se sentem acuados quando o assunto é abordagem policial, pois se sentem de certa forma perseguidos pelos policiais. De acordo com o Ministério da Justiça (2010), durante uma abordagem policial, talvez seja o único momento que o policial e aquele jovem fique frente a frente, portanto, a abordagem deve ser feita de forma correta e sem constrangimentos, para evitar qualquer tipo de trauma que podem ferir toda a imagem da instituição para esse e outros jovens.

Um outro ambiente de encontro entre jovens e policiais é a escola. Nessas instituições de ensino é comum caso de agressões, depredações e conflitos em geral, sendo necessário a interferência policial. É quase que inevitável separar escola, juventude e policiamento, porém, não deve basear a atuação policial dentro dessas instituições como algo rotineiro, mas sim com um trabalho conjunto.

De acordo com o Ministério da Justiça (2010) para que a atuação policial dentro da escola ocorra com êxito é necessária uma ação planejada e voltada para esse público, revendo suas particularidades, seu linguajar, seus interesses e perfis, além disso, é indispensável o

envolvimento de todos os profissionais da escola e toda a comunidade escolar juntos com um único propósito.

Outro lugar propício para elevar o vínculo entre jovens e policiais é a comunidade local. Os jovens passam grande parte do dia nas ruas dos bairros com a finalidade de socializar e construir sua identidade própria. Além disso, participa de diversas atividades coletivamente, como a prática de esportes, a ida a igreja, a atuação em projetos sociais, dentre outros. Essa é uma grande oportunidade das instituições policiais ampliarem a convivência com esses jovens, além de propor projetos e ações conjuntas, de modo a atingir outros jovens mais resistentes.

Portanto, o policial sendo o profissional responsável por manter a ordem e prevenir a criminalidade, deve se envolver mais com essa parcela da população, que entra cada dia mais cedo no mundo do crime. Dessa forma, é necessária uma ação próxima de todos, família, escola, comunidade e instituição policial de modo a propor ações que orientem esses jovens, retomando a confiança e o respeito mútuo.

2.5 O PAPEL DA POLÍCIA NA PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE ENTRE OS JOVENS

É evidente que os jovens estão em uma extrema zona de vulnerabilidade. É comum nas ruas das principais cidades brasileiras ver crianças e adolescentes mendigando, morando em lugares impróprios ou até mesmo cometendo delitos.

Além disso, de acordo com Adorno Et Al (1999), os jovens estão cada dia mais envolvidos no mundo do crime, chegando ao fato do envolvimento ser algo de popularização entre eles. Assim, acabam entrando nesse mundo por status, onde traficam, roubam e até matam sem receber nada em troca, apenas reconhecimento do grupo.

Segundo Musumesi Et Al (2012), a criminalização não se encontra em todos os grupos da sociedade, mas atinge determinadas parcelas da população. Diante disso, os jovens estão entre os que mais praticam crimes das mais variadas espécies. Dessa forma, fica evidente a necessidade de políticas públicas e uma gestão policial militar voltadas para essa parcela da população.

Nesse sentido, vê-se a atuação policial de forma banalizada, pois ao apreender um jovem suas punições acabam sendo mínimas, resultando em um adulto marginalizado. Para Cunha (2003) a marginalização dos jovens no país deriva de vários fatores, tais como: pobreza e suas diversas consequências, desemprego, falta de moradia e falta de apoio dos pais.

Durante uma situação de crianças e adolescentes em conflito com a lei, o POP (2014) orienta para uma atuação segura e dentro da legalidade, respeitando as singularidades dessa etapa, promovendo a aplicabilidade da lei que as rege. De acordo com o artigo 178 do

ECA (1999) nenhuma criança e/ou adolescente deve ser transportado em compartimento fechado em veículo policial, por denigrir a integridade física e mental destes.

Atualmente, os jovens querem amadurecer mais cedo, segundo Cunha (2003) a falta de imposição dos pais, que liberam os filhos muito cedo para irem em boates, festas, que muitas vezes são movidas por bebidas e drogas, as cenas de sexo explícitos que ganham as televisões brasileiras, a igreja que se tornou mais política do que um local de união da família, tudo isso acaba sendo absorvido pela criança e/ou adolescente que não tem a maturidade suficiente para decidir ainda o que é certo e o que é errado.

Cunha (2003) não isenta a Polícia Militar da sua obrigação para com os jovens, mas diz que não é a única responsável por combater a criminalidade, já que as causas extrapolam as suas vertentes, sendo grande parte dependente de políticas públicas de proteção a juventude. Todavia, não deixa seu papel de lado, promovendo projetos contra a criminalidade juvenil como, por exemplo, o PROERD.

O PROERD trata-se de um programa da Polícia Militar com a finalidade de orientar crianças, adolescentes, e seus pais sobre os malefícios do uso indiscriminado das drogas. Além da parte de orientação, acredita-se que o suporte dado a esse público, através do programa, é de suma importância para a diminuição dos índices criminais a longo prazo.

Para Melo e Campos (2012) o programa tem alcançado resultados positivos, e atingindo cada vez mais jovens no passar dos anos. Além de uma orientação sobre os males do uso de drogas, consegue frisar na qualidade de vida das famílias.

Percebe-se que a criminalidade está tomando conta das crianças e dos adolescentes brasileiros, sendo que o principal motivo é a busca de status social. Para reverter esse terrível quadro, deve-se propor ações conjuntas entre governantes, polícia, família e instituições escolares.

3 METODOLOGIA

Devido à necessidade de um estudo mais aprofundado sobre os policiais militares, mais precisamente, do BPMEsc (Batalhão Escolar de Polícia Militar de Goiás), no tocante ao trato com criança e adolescente, bem como a verificação dos instrumentos legais que norteiam pessoas nessa faixa etária, formulou-se a pesquisa em tela objetivando verificar mediante a gestão policial militar, como constitui a relação entre criança, adolescente e Polícia Militar.

Para alcançar tais objetivos utilizou-se do método de pesquisa quantitativa para a obtenção de respostas aos questionamentos levantados, com a finalidade de entender como

acontece a relação entre criança, adolescente e Polícia Militar e servir de base para futuros aprofundamentos no tema, haja vista a escassez de material existente afeto à este tema no seio militar.

A pesquisa está dividida em dois momentos: sendo que a primeira consiste em uma breve pesquisa bibliográfica sobre a temática em questão, posteriormente tem-se a análise dos dados obtidos, por meio de um questionário composto por questões objetivas, sobre a gestão policial militar frente à crianças e adolescentes, qualificação dos policiais militares nesta área do conhecimento, relação entre polícia e adolescente, dentre outros questionamentos.

O questionário está organizado em dois blocos de questões, sendo o primeiro relacionado à qualificação e satisfação do profissional militar com nível de gradação em 5 (cinco) estágios que vai de muito insatisfeito a muito satisfeito. Já o segundo bloco está relacionado ao atendimento das ocorrências envolvendo crianças e adolescentes, feitas aos gestores das unidades de ensino, com opções de respostas que vai de péssimo a excelente.

A escolha do BPMEsc se deu pelo fato de ser um Batalhão especializado tanto na prevenção quanto na repressão dos atos infracionais cometidos por crianças e adolescentes. Já a escolha dos gestores das unidades de ensino justifica-se, pois, estes presenciam os atendimentos dos policiais militares às crianças e adolescentes dentro da unidade escola, os quais se encontram melhores qualificados para responder às perguntas no âmbito institucional, devido a sua presença direta entre criança e/ou adolescente e Polícia Militar.

Os questionários foram desenvolvidos utilizando o Google Forms, um serviço de armazenamento e sincronização de arquivos, que é um aplicativo do pacote Google Drive. Os referidos instrumentos foram compostos por 14 perguntas, as quais foram fechadas e o respondente não conseguia ir adiante sem a resposta preenchida.

Foi realizado um pré-teste com três policiais militares do BPMEsc e três gestores das unidades de ensino de Goiânia, os quais foram escolhidos de forma aleatória, com objetivo de verificar a eficiência do aplicativo e se as perguntas foram formuladas de forma clara e objetiva.

O desenvolvimento da pesquisa utilizou o modelo amostral específico, tendo em vista a seleção de determinadas categorias, qual seja, policiais militares do BPMEsc e gestores das unidades de ensino da rede estadual de Goiânia. Dessa forma, foram questionados 63 Policiais Militares de um universo de 75 e 98 gestores de um universo de 130, ambos com erro amostral de 5% e nível de confiança de 95%. Os dados obtidos com as respostas dos questionários foram organizados com auxílio do programa Microsoft Excel e dispostos em forma de quadro e gráfico na pesquisa.

Os dados foram analisados quantitativamente com base no método estatístico descritivo, que em virtude do maior percentual de respostas aferiu o grau de satisfação da população investigada.

4 RESULTADO E DISCUSSÃO

Após coleta dos dados por meio dos questionários respondidos de forma voluntária, a pesquisa apresentou os resultados a seguir que foram divididos em dois grupos: Qualificação e satisfação do policial militar para atuar com crianças e adolescentes e, por outro lado, como esta prestação de serviço é vista pela sociedade, em especial, crianças e adolescentes. O universo pesquisado era composto de 75 Policiais Militares do BPMEsc e 130 gestores das unidades de ensino da rede estadual de Goiânia. Assim, Foram questionados 63 Policiais Militares e 98 gestores, ambos com erro amostral de 5% e nível de confiança de 95%.

Os dados referentes à qualificação e satisfação do policial militar para atuar com crianças e adolescentes, considerando o nível de graduação de muito insatisfeito a muito satisfeito, estão representados no Quadro 1:

Quadro 1: Demonstrativos das respostas atinentes a qualificação e satisfação do policial militar para atuar com crianças e adolescentes.

MI – Muito Insatisfeito	IS - Insatisfeito	I - Indiferente	S – Satisfeito	MS – Muito Satisfeito	
QUESTÕES					
1- Com relação à sua qualificação para atuar com crianças e adolescentes, você se considera?	09	35	06	12	02
2- Como se sente em relação às leis que embasam a atuação do policial militar no trato com crianças e adolescentes?	10	36	10	07	01
3- Como se sente em relação as leis que tutelam os direitos conferidos às crianças e aos adolescentes?	10	32	15	06	01
4- Como se sente em relação ao tratamento recebido dos gestores das unidades de ensino, quando no atendimento de ocorrência policial envolvendo menores em conflito com a lei?	03	06	07	34	14
5- Quando você realiza uma abordagem policial envolvendo crianças e adolescentes, como se sente em relação à forma que estes lhe tratam?	05	25	28	05	01
6- Como se sente em relação à frequência com que é submetido ao aprimoramento técnico-profissional da Corporação de como lidar com crianças e adolescentes?	13	34	10	06	01

Fonte: O autor (2018)

Analisando o quadro 1 é possível constatar os seguintes resultados dos militares pesquisados: 55% se encontram insatisfeitos com sua qualificação para atuar com crianças e adolescentes; 56% encontram-se insatisfeito com às leis que embasam a atuação do policial militar no trato com crianças e adolescentes; 50% estão insatisfeitos com as leis que tutelam os direitos conferidos às crianças e aos adolescentes; 53% estão satisfeitos com o tratamento recebido dos gestores das unidades de ensino; 43% sentem-se indiferente quanto a forma em que é tratado quando no atendimento de ocorrência envolvendo criança e adolescente.

Por conseguinte, ao analisar os dados referente à frequência em que o policial militar é submetido ao aprimoramento técnico-profissional envolvendo crianças e adolescentes, é possível verificar os seguintes resultados: 20% estão muito insatisfeitos, 53% estão insatisfeitos, 16% sentem-se indiferente, 9% estão satisfeitos e 2% estão muito satisfeitos conforme demonstrado no gráfico que segue:

Gráfico 1: Satisfação dos PMs em relação à frequência do aprimoramento técnico-profissional



Fonte: O autor (2018)

Do exposto, conclui-se que os Policiais Militares pesquisados não estão satisfeitos com a frequência em que são submetidos ao aprimoramento técnico-profissional em relação às crianças e aos adolescentes. Lombarde (2014) expõe a importância da Polícia Militar na atualidade no combate à criminalidade e na proteção dos direitos de todos os cidadãos, principalmente aos jovens que são o futuro do país. Diante de tal argumento é imprescindível o aprimoramento técnico-profissional contínuo, visando melhoria na qualidade dos serviços prestados, em especial, às crianças e aos adolescentes.

Ainda, infere-se que os policiais militares do BPMEsc mostram-se extremamente preocupados com sua qualificação profissional, uma vez que, mesmo realizando um dos melhores cursos de formação de policiais militares do Brasil, sentem-se a necessidade de um aperfeiçoamento contínuo, conforme delineado na exposição bibliográfica por renomados autores. Para Bastos (2012) faltam pessoal qualificado para trabalhar com essa clientela que por si só já se insere nos grupos vulneráveis devido a sua fragilidade.

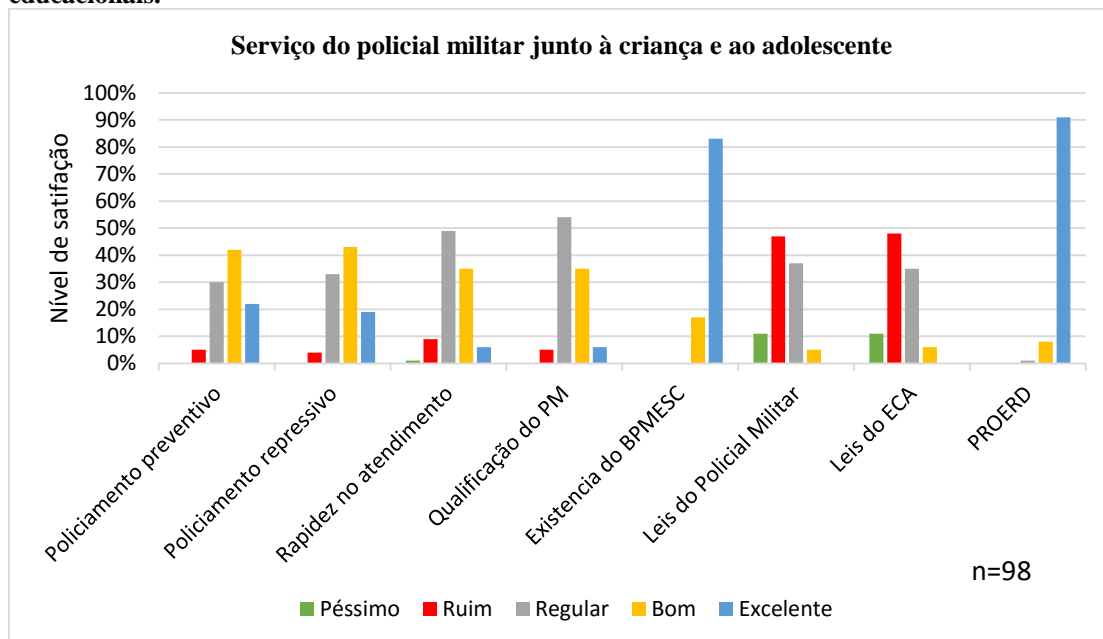
O grau de satisfação com à sua qualificação para atuar com crianças e adolescentes também alcançou índices expressivos, mais de 69% dos pesquisados responderam estar insatisfeitos ou muito insatisfeitos, haja vista a vasta garantia de direitos conferidos a está classe. Na indagação referente às leis que embasam atuação policial militar e os direitos conferidos às crianças e adolescentes, mais de 65% dos pesquisados disseram estar insatisfeitos ou muito insatisfeitos.

Para Sousa e Gomes (2011) é indispensável pensar os ideais da Polícia Militar para uma perspectiva humanista, diante disso é indiscutível repensar na qualificação e na continuidade da formação desses profissionais, para serem capazes de tratarem com crianças e adolescentes sem descumprirem os tratados, leis e normas oficiais que protegem essa parcela da população.

Em relação ao tratamento recebido dos gestores das unidades de ensino, quando em atendimento de ocorrência policial envolvendo menores em conflito com a lei, mais de 75% disseram estar satisfeitos ou muito satisfeitos, o que mostra o bom relacionamento entre os policiais militares e os gestores das unidades de ensino em prol do bem comum, qual seja, prestação de serviço à comunidade, em especial, às crianças e aos adolescentes. Quanto à forma em que as crianças e o adolescentes tratam os policiais militares em uma abordagem policial, 39% disseram estar insatisfeito, sendo que 44% são indiferente ao assunto.

Tratada a questão de qualificação e satisfação do policial militar passamos agora para o segundo grupo, onde estão as respostas referentes as opiniões dos gestores das unidades de ensino no que tange ao serviço policial militar prestado junto às crianças e aos adolescentes.

Gráfico 2: Avaliação do serviço da Polícia Militar junto a criança e adolescente sob o olhar de gestores educacionais.



As respostas do gráfico 2 demonstram que os gestores das unidades educacionais de ensino de Goiânia avaliam positivamente o trabalho da Polícia Militar junto às crianças e aos adolescente. Em relação ao serviço preventivo e repressivo prestado pela polícia militar, mais de 73% consideram bom ou excelente. Ainda, Cunha (2003) não isenta a Polícia Militar da sua obrigação para com os jovens, mas diz que não é a única responsável por combater a criminalidade, já que as causas extrapolam as suas vertentes, sendo grande parte dependente de políticas públicas de proteção a juventude.

A rapidez em que o policial militar chega ao local da ocorrência quando solicitado é de extrema importância para elucidação dos fatos ou resolução de um eventual conflito, no entanto, percebe-se que apenas 40% dos pesquisados consideram o serviço bom ou excelente, 49% entendem regular e 11% ruim ou péssimo. Em relação a qualificação dos policiais militares para atuar com crianças e adolescentes mais de 40% dos pesquisados consideram bom ou excelente, 54% avaliam regular e 5% analisam ruim ou péssimo.

De acordo com o gráfico supramencionado, infere-se que a existência de um batalhão especializado para atuar com crianças e adolescentes é de suma importância, pois atua tanto no serviço preventivo quanto no repressivo. Por conseguinte, conclui-se do gráfico que 99% dos pesquisados considera bom ou excelente a existência deste batalhão, o qual deve ser cada vez mais valorizado e qualificado.

Por outro lado, os gestores das unidades de ensino coadunam com mesmo pensamento dos policiais militares do BPMEsc referente às leis que embasam atuação policial militar e dos direitos conferidos às crianças e aos adolescentes, sendo que, mais de 48% dos pesquisados consideram péssimo ou ruim as leis existentes.

Em relação ao PROERD, 99% dos pesquisados consideram o programa bom ou excelente. Para Melo e Campos (2012) esse é um programa de referência que atua na conscientização contra o uso de drogas entre os jovens, mas extrapolando esse mero objetivo a curto prazo ele alia família, escola e Polícia Militar e ainda a longo prazo ajuda no combate à criminalidade e na irradicação das drogas no Brasil.

De todo o exposto, extrai-se que os policiais militares do BPMEsc estão prestando um excelente serviço junto às crianças e aos adolescentes, principalmente nos quesitos: serviço preventivo, serviço repressivo, existência de um batalhão especializado, eficiência no atendimento e na aplicação do PROERD. Entretanto, apesar dos quesitos acima alcançarem índices significativos no que diz respeito ao serviço policial militar junto à criança e ao adolescente, é possível afirmar que, de um modo geral, os policias pesquisados encontram-se relativamente insatisfeitos com as leis existentes e com a frequência em que são submetidos ao

aprimoramento técnico-profissional, conforme demonstra as tabelas e gráficos retromencionados.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo dessa pesquisa é verificar mediante a gestão policial militar, como constitui a relação entre criança, adolescente e Polícia Militar. O referencial teórico destaca a importância do papel da polícia militar tanto no serviço preventivo quanto no serviço repressivo envolvendo crianças e adolescentes, além da importância dos gestores em incentivar seus colaboradores a sempre buscarem o aprimoramento técnico-profissional.

A análise dos dados obtidos na pesquisa constatou que os policiais militares do BPMEsc estão prestando um excelente serviço junto às crianças e aos adolescentes, principalmente nos quesitos: serviço preventivo, serviço repressivo, existência de um batalhão especializado, eficiência no atendimento e na aplicação do PROERD. Entretanto, apesar dos quesitos acima alcançarem índices significativos, é possível afirmar que, de um modo geral, os policiais pesquisados encontram-se relativamente insatisfeitos com as leis existentes e com a frequência em que são submetidos ao aprimoramento técnico-profissional.

Como sugestão para melhoria dos fatores deficitários seria oportuno providências no sentido de intensificar a frequência em que o policial militar é submetido ao aprimoramento técnico-profissional envolvendo crianças e adolescentes. Dessa forma, além de prestar um serviço qualificado à sociedade este irá diminuir as possibilidades de erros, uma vez que terá mais intimidade com a legislação vigente que está em constante mudança. Além disso, deve-se consolidar as parcerias entre as instituições de modo a criar canais mais rápidos de comunicação e reforçar os programas já existentes como o PROERD e o Batalhão Escolar.

Ademais, os gestores das unidades educacionais de ensino de Goiânia avaliam positivamente o trabalho da Polícia Militar junto às crianças e aos adolescente. Em relação ao serviço preventivo e repressivo prestado pela polícia militar, mais de 73% consideram bom ou excelente. Ainda, Cunha (2003) não isenta a Polícia Militar da sua obrigação para com os jovens, mas diz que não é a única responsável por combater a criminalidade, já que as causas extrapolam as suas vertentes, sendo grande parte dependente de políticas públicas de proteção a juventude

Diante disso, percebe-se que a qualificação do policial militar deve ser vista de forma ininterrupta, buscando sempre o aperfeiçoamento técnico-profissional juntamente com

os programas já consolidados na PM, os quais devem ser disseminados e valorizados pela corporação.

Todavia, devido à ausência de maiores estudos no meio militar no que diz respeito a atuação do policial militar junto a criança e ao adolescente, somando-se ao fato da pesquisa ter sido realizada em um único batalhão, reduz o alcance das exposições e nos impossibilita de realizar maiores comparações, no entanto, servirá de base para posteriores pesquisas.

REFERÊNCIA

ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana BT; LIMA, Renato Sérgio de. **O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana**. 13ª Ed. São Paulo, SP: EDUSP, 1999.

BASTOS, Angélica Barroso. **Direitos humanos das crianças e dos adolescentes: as contribuições do Estatuto da Criança e do Adolescente para a efetivação dos direitos humanos infanto-juvenis**. 2012. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-8XSR3V>> Acesso em: 18 jul. 2018.

BRASIL. Lei nº 9.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/18069.htm> Acesso em: 20 jul. 2018.

BRASIL. Decreto nº 678. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica)**. Brasília. 1978.

CUNHA, Irineu Rozires. **Principais Causas Determinantes Do Aumento Da Violência E Da Criminalidade De Menores E O Papel Do Pm**. 2003. Disponível em:
<<http://www.pmpr.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=597>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

DE MENESES SOUSA, Carlos Angelo; DA COSTA GOMES, Candido Alberto. **A juventude na ótica de policiais: a negação do direito na aparência**. 2011. Disponível em:
<<http://www.redalyc.org/html/1935/193522070006/>> Acesso em 21 jul. 2018.

EDUARDO, Lara de Paula e EGRY, Emiko Yoshikawa. **Estatuto da Criança e Adolescente: A visão dos trabalhadores sobre sua prática**. Rev Esc Ferm USP, 2010. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v44n1/a03v44n1>> Acesso em: 22 jul. 2018.

LOMBARDE, Carine Pinto. **O papel da polícia (militar) no estado democrático de direito: Considerações Sobre O Policiamento Comunitário Como Estratégia De Prevenção Da Violência**. 2014. Disponível em:
<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/2452>> Acesso em: 20 jul. 2018.

M E L O, Joel Da Silva; CAMPOS, Valter Gomes. O PROERD como política pública sobre drogas em Águas Lindas de Goiás. In: **Anais da Conferência Internacional de Estratégia em Gestão, Educação e Sistemas de Informação (CIEGESI)**. 2013. Disponível em:
<<http://www.anais.ueg.br/index.php/ciegesi/article/view/1125>>. Acesso em: 19 jul. 2018.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. **Novas abordagens sobre prevenção da violência entre jovens**. Disponível em:
<http://www.forumseguranca.org.br/storage/publicacoes/lote_02_2016_12_12/FBSP_Cartilha_tematica_policia_juventude_SD.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MUSUMECI, Leonarda, RAMOS, Silvia, PARIS, Leonardo Leão, RIBEIRO, Eduardo Ribeiro e ALVADIA FILHO, Alberto. **Juventude, Violência e Polícia: Resultados da pesquisa amostral**. 2012. Disponível em:
<https://www.ucamcesec.com.br/wpcontent/uploads/2011/06/Juvipol_relata%C3%B3rio_final_completo.pdf>. Acesso em 02 ago. 2018.

OLIVEIRA JÚNIOR, Almir. **Cultura de polícia: cultura e atitudes ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte**. Tese de Doutorado. Belo Horizonte, UFMG: 2007.

POP. **Procedimento Operacional Padrão**. 3ª Edição rev. e amp. Goiânia, 2014.

RODRIGUES, Marcus Paulo Ruffeil. **Gestão da Polícia Militar: a cultura institucional como agente limitador da construção de uma polícia cidadã**. Tese de Doutorado. 2010.

APÊNDICE**QUESTIONÁRIO REALIZADO COM POLICIAIS MILITARES DO BPMEes**

MI – Muito Insatisfeito	IS - Insatisfeito	I - Indiferente	S – Satisfeito	MS – Muito Satisfeito
--------------------------------	--------------------------	------------------------	-----------------------	------------------------------

QUESTÕES	MI	IS	I	S	MS
1- Com relação à sua qualificação para atuar com crianças e adolescentes, você se considera?	09	35	06	12	02
2- Como se sente em relação às leis que embasam a atuação do policial militar no trato com crianças e adolescentes?	10	36	10	07	01
3- Como se sente em relação as leis que tutelam os direitos conferidos às crianças e aos adolescentes?	10	32	15	06	01
4- Como se sente em relação ao tratamento recebido dos gestores das unidades de ensino, quando no atendimento de ocorrência policial envolvendo menores em conflito com a lei?	03	06	07	34	14
5- Quando você realiza uma abordagem policial envolvendo crianças e adolescentes, como se sente em relação à forma que estes lhe tratam?	05	25	28	05	01
6- Como se sente em relação à frequência com que é submetido ao aprimoramento técnico-profissional da Corporação de como lidar com crianças e adolescentes?	13	34	10	06	01

QUESTIONÁRIO REALIZADO COM GESTORES DAS UNIDADES DE ENSINO DA REDE ESTADUAL DE GOIÂNIA

P - Péssimo	RU - Ruim	RE - Regular	B - Bom	E – Excelente
--------------------	------------------	---------------------	----------------	----------------------

QUESTÕES	P	RU	RE	B	E
1- Como é o atendimento preventivo da Polícia Militar, realizado com crianças e adolescentes, na unidade escola a qual gerencia?	0	05	29	42	22
2- Como é o atendimento repressivo da Polícia Militar, realizado com crianças e adolescentes, na unidade escola a qual gerencia?	0	05	32	42	19
3- No que diz respeito a rapidez com que é atendida uma ocorrência pela Polícia Militar no âmbito escolar, como poderia ser classificado esse atendimento?	01	09	48	34	06
4- Atualmente, como está a qualificação do policial militar para atuar com crianças e adolescentes?	0	05	53	34	06
5- Como pode ser avaliado a existência de um Batalhão especializado (BPMEsc) par atuar com crianças e adolescentes nas unidades de ensino?	0	0	0	17	81
6- Como se define as leis existentes que amparam o serviço policial militar?	11	46	36	05	0
7- Como se define as leis existentes que amparam as crianças e os adolescentes?	11	47	34	06	0

8- O PROERD (Programa Educacional de resistência às Drogas e à Violência), desenvolvido pela Polícia Militar junto às escolas, pode ser classificado como?	0	0	01	08	89
--	---	---	----	----	----